



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DE PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS APROVADOS NO IX CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e dezoito (21.09.2018), às dez horas e vinte minutos (10h20min), no Plenário dos Colegiados Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para a Sessão Solene de Posse de Promotores de Justiça Substitutos, sob a presidência do Dr. José Omar de Almeida Júnior, Procurador-Geral de Justiça. Compareceram ao ato os Drs. Leila da Costa Vilela Magalhães, Alcir Raineri Filho, João Rodrigues Filho, José Demóstenes de Abreu, Ricardo Vicente da Silva, José Maria da Silva Júnior e Jacqueline Borges Silva Tomaz. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Marco Antonio Alves Bezerra, Elaine Marciano Pires e Ana Paula Reigota Ferreira Catini. Além dos Procuradores de Justiça, compôs a mesa de honra o Dr. Luciano Cesar Casaroti, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP. Constatou-se ainda as presenças de diversos outros membros e servidores da Instituição, além de familiares e amigos dos empossandos. Declarada aberta a solenidade pelo Presidente, ouviu-se, primeiramente, o **Hino Nacional Brasileiro**. Logo após, os empossandos foram convidados a prestar o **juramento legal**, o que fizeram, em uníssono, comprometendo-se a *“desempenhar com retidão os deveres do cargo e cumprir as Constituições e as Leis”*. Ato contínuo, concedeu-se a palavra ao Dr. Ricardo Vicente da Silva, Secretário, para a leitura dos **Termos de Posse** dos **Drs. Saulo Vinhal da Costa, Eduardo Guimarães Vieira Ferro e Janete de Souza Santos** ao cargo de Promotor de Justiça Substituto, aprovados no IX Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Tocantins. Os respectivos termos restaram assinados pelo Presidente e pelos empossados. Com a palavra, o Promotor de Justiça Substituto Saulo Vinhal da Costa, em discurso em nome dos empossados, cumprimentou a todos os presentes e externou que o que a vida exige deles, neste sonho tornado realidade, é coragem; coragem para trabalhar de forma consistente, como Promotores de Justiça, por dias melhores e um futuro mais próspero e justo; coragem para assumir que, nos próximos 30 (trinta) ou 40 (quarenta) anos, o sucesso alcançado pela sociedade civil tocantinense terá, em

alguma proporção, correspondência com suas mentalidades, ações e suor; e coragem para acordarem sempre dispostos a lutar pela adequada aplicação do Direito em prol do cidadão. Destacou ainda que o Ministério Público é, em certa medida, a própria sociedade civil institucionalizada na defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos direitos individuais indisponíveis. Agradeceu, em especial, a Deus, por dar-lhe força para os desafios que se avizinham; à sua família, por lembrar-lhe todos os dias de sua origem; à sua namorada, por confortar-lhe nos difíceis momentos de ansiedade; aos seus colegas de trabalho, por ajudarem-lhe a se tornar um profissional melhor; aos Drs. Denise Vinci Túlio e Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Membros do Ministério Público Federal, exemplos de excelência a serem seguidos; aos Drs. José Omar de Almeida Júnior, Alcir Raineri Filho, Ricardo Vicente da Silva, Maria Cotinha Bezerra Pereira e Thaís Cairo Souza Lopes, pelo apoio à nomeação dos ora empossados; e aos Drs. Luciano Cesar Casaroti, Presidente da ATMP, e Maurício Cordenonzi, Advogado, pelo trabalho desempenhado. Em seguida, a palavra foi concedida ao Dr. Luciano Casaroti que, em nome da classe, deu as boas vindas aos novos colegas, ressaltando que, com muito estudo, esforço e sacrifícios pessoais e familiares, ora comemoram a posse no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Enfatizou a longa trajetória dos empossados até o presente momento, em que foram submetidos a árduas provas de seleção. Rogou que o mesmo entusiasmo visto nos olhares dos novos promotores os acompanhem ao longo de suas carreiras, como um sinal de que terão no *Parquet* não um simples meio de sobrevivência, mas uma opção de vida pela causa pública e pelo ideal de servir à sociedade. Destacou que ser um Promotor de Justiça é, acima de tudo, ser um agente eficaz de transformação social, função confiada pela Constituição Federal. Frisou ainda que um Membro do Ministério Público deve ser corajoso e independente, observando, porém, que essas qualidades apenas terão força se aliadas ao senso de Justiça e “temperadas” com equilíbrio, honestidade e, principalmente, humildade. Ressalvou que, apesar dos avanços institucionais, em algumas Comarcas poderão se deparar com deficiências estruturais e poucas condições operacionais de desenvolvimento dos trabalhos, o que não pode ser motivo de desconfiança ou desestímulo. Por outro lado, garantiu que encontrarão um Ministério Público forte, com atuação voltada à defesa da

sociedade e uma Administração Superior preocupada em oferecer as condições ideais para o bom desenvolvimento dos trabalhos dos membros e servidores, além da parceria constante da Associação Tocantinense do Ministério Público. Lamentou, no entanto, que o MPTO esteja entre os 5 (cinco) menos democráticos do Brasil, pois, juntamente com os dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Roraima e Mato Grosso do Sul, não permite que Promotores de Justiça se candidatem ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Diante disso, solicitou o apoio do Colégio de Procuradores de Justiça para conseguir a aprovação do Projeto de Lei, em trâmite na Assembleia Legislativa, que visa democratizar o Ministério Público do Estado do Tocantins. Na sequência, a Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães fez uso da palavra, em nome do Colegiado, na condição de decana, parabenizando os empossados. Destacou a necessidade de se lembrarem, todos os dias, que aquele cidadão que bate à porta do gabinete deve ser ouvido, pois quando ele busca o Ministério Público é com a esperança de que seus problemas sejam resolvidos. Ressaltou, enquanto Ouvidora do Ministério Público, que os principais reclames da sociedade são contra os malfeitos dos gestores públicos. Finalizou ressaltando que, hoje, os empossados merecem todos os aplausos, mas a partir de amanhã já iniciar-se-ão todos os desafios inerentes ao cargo. Os demais Procuradores de Justiça também deram as boas vindas aos novos integrantes do Ministério Público, enfatizando que o conhecimento jurídico deles é inquestionável, tendo em vista o árduo processo seletivo pelo qual passaram, cabendo-lhes agora atuar, com humildade, em prol do cidadão tocantinense. Por último, o Presidente cumprimentou a todos os presentes e registrou que o Colégio de Procuradores de Justiça, acatando a liminar concedida no Mandado de Segurança nº 0021560-44.2018.827.0000, deu posse, nesta ocasião, aos novos Promotores de Justiça Substitutos Saulo Vinhal da Costa, Eduardo Guimarães Vieira Ferro e Janete de Souza Santos. Esclareceu que a recente medida tomada, tornando sem efeito as nomeações dos ora empossados, decorreu do irremediável dever de, na qualidade de gestor e, principalmente, de fiscal da lei, garantir a salubridade orçamentário-financeira da Instituição, em face do alarmante quadro trazido pelo Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Ajustada, encaminhado pela Secretaria de Estado da Fazenda, em 19/09/2018. Frisou que o momento exige acuidade para que a instabilidade econômica externa não vulnere

internamente este Órgão. Consignou, ainda, que na longa jornada dos empossados para o momento que ora se concretiza, diversos fatores se somaram ao mérito pela presente conquista, mas quis o destino que, de plano, concretamente, vivenciassem que se o próprio Ministério Público não cumpre o que fiscaliza e defende, não há razão deste existir, ou seja, a lição é para quem chega, quem está e quem observa e fiscaliza também. Diante disso, deu as boas vindas aos empossados e suas respectivas famílias a este Ministério Público e ao querido Estado do Tocantins. Por fim, em atenção à fala do Presidente da ATMP, firmou compromisso no sentido de se dirigir à Assembleia Legislativa para tentar convencer, individualmente, cada Deputado Estadual, acerca da necessidade de aprovação do Projeto de Lei que visa à candidatura de Promotor de Justiça ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às onze horas e trinta minutos (11h30min), do que, para constar, eu, _____, Ricardo Vicente da Silva, Secretário Substituto, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

José Omar de Almeida Júnior

Leila da Costa Vilela Magalhães

Alcir Raineri Filho

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

José Maria da Silva Júnior

Jacqueline Borges Silva Tomaz